

## CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A. CNPJ 39.683.726/0001-01- NIRE 53 3 0002178

**ATA DA 15ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA I. DATA, HORA E LOCAL:** Em 29 de julho de 2024, às 10 horas, na sede da Companhia Energética de Brasília - CEB, situada no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), Quadra 601, Bloco H, Ala Laranja, na Sala de Reuniões da Cobertura, Edifício ION Escritórios Eficientes, Asa Norte – Brasília- DF, CEP: 70.830-010. **II. PRESEÇA.** Acionista único (Companhia Energética de Brasília - CEB), representando a totalidade do seu capital social. **III. MESA.** Edison Antônio Costa Britto Garcia, Presidente, Deuzimar Ferreira Costa, Secretária. **IV. PUBLICAÇÕES:** Registra-se que fica dispensada a publicação do edital de convocação, na forma da Lei nº 6.404/1976, art. 124, § 4o e do Estatuto Social da CEB Iluminação Pública S.A., arts. 7º e 8º *caput*, em decorrência da presença do acionista único (Companhia Energética de Brasília - CEB). **V. ORDEM DO DIA. 1)** Deliberar sobre o Plano de Negócios da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. - CEB IPES para o período de 2025 a 2029; **2)** Deliberar sobre a Proposta Orçamentária da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. (CEB IPES) para o exercício de 2025. **VI. DELIBERAÇÃO.** A Diretoria da CEB, no exercício das atribuições privativas da Assembleia Geral da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., com fundamento nos arts. 7º e 8º, inciso V, do Estatuto Social da Companhia e no art. 122 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, de acordo com os assuntos constantes da ordem do dia, tomou as deliberações a seguir enunciadas, por item pautado: **Item 1. Deliberar sobre o Plano de Negócios da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. (CEB IPES) para o período de 2025 a 2029.** A Assembleia deliberou com a unanimidade dos presentes, por aprovar o Plano de Negócios da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. para o período de 2025 a 2029, na forma proposta pela Diretoria Colegiada da CEB IPES por meio da Resolução nº 039, editada em sua 101ª Reunião Extraordinária, de 12 de julho de 2024. **Item 2. Deliberar sobre a Proposta Orçamentária da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., referente ao Exercício 2025.** O Presidente pôs em discussão o item da pauta e, examinada a Proposta Orçamentária para o exercício de 2025, no montante total de 252.421.341,96 (duzentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil trezentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos), compreendendo os montantes R\$ 90.026.509,00 (noventa milhões, vinte e seis mil quinhentos e nove reais) para custeio e R\$ 162.394.833,00 (cento e sessenta e dois milhões, trezentos e noventa e quatro mil oitocentos e trinta e três reais) para investimentos, acolhendo os termos da Resolução nº 039, editada pela Diretoria da CEB IPES, em sua 101ª Reunião Extraordinária, de 12 de julho de 2024, a Assembleia, por unanimidade, deliberou pela aprovação da Proposta Orçamentária da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. para o exercício de 2025. **VII. ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA.** Concluídas as deliberações, o Presidente agradeceu aos presentes o comparecimento ao evento e declarou encerrada a 15ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. Para constar e dar cumprimento aos fins legais e administrativos, eu, Deuzimar Ferreira Costa, na condição de Secretária da mesa, lavrei a presente ata, em forma sumária, ao final assinada digitalmente pelos representantes do acionista único, após leitura e aprovação, para integrar o livro de "Atas das Assembleias Gerais" da CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A. **REGISTRO JUCIS/DF:** 2590880, certificado em 27/08/2024, Fabianne Raissa da Fonseca — Secretária-Geral.

**EXTRATO DA ATA DA 16ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DATA E HORA:** 15.08.2024, às 17 horas. **LOCAL:** Sede da empresa. **ORDEM DO DIA:** 1) manifestar-se acerca da proposta de alteração da Estrutura Organizacional da CEB IPES; 2) manifestar-se acerca da proposta de alteração do quantitativo de cargos de Empregos em Comissão (EC) e de Funções Gratificadas (FG); 3) reformar o Estatuto Social CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. – CEB IPES. **DELIBERAÇÃO.** A Diretoria da CEB, no exercício das atribuições privativas da Assembleia Geral da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. – CEB IPES, com fundamento nos arts. 7º e 8º do Estatuto Social da Companhia e no art. 122 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, de acordo com os assuntos constantes da ordem do dia, tomou as deliberações a seguir: **1) manifestar-se acerca da proposta de alteração da Estrutura Organizacional da CEB IPES.** A Assembleia, tendo em vista a Resolução nº 046, de 02.08.2024, da CEB IPES, aprovada pela Diretoria em sua 107ª Reunião Extraordinária, de 02.08.2024, contendo a manifestação favorável da Diretoria da CEB IPES, deliberou por aprovação, por unanimidade, a alteração da Estrutura Organizacional com as seguintes modificações, conforme Justificativa - CEB-IPES/DF (147202419), por diretoria: **item I.** alteração do nome **DIRETORIA-GERAL para PRESIDÊNCIA:** a) extinção da "Secretaria"; b) criação da "Gerência de Gestão de Riscos" para "Gerência de Governança", com a criação da "Coordenação de Controles Internos" e da "Coordenação de ESG" vinculadas à "Gerência de Governança", além da Coordenação de Gestão de Riscos; **II. DIRETORIA ADMINISTRATIVA E DE FINANÇAS:** a) alteração do nome da "Gerência Administrativa e de Gestão de Pessoas" para "Gerência de Gestão de Pessoas", com a criação da "Coordenação de Segurança do Trabalho"; b) segregação da "Gerência Contábil Financeira" em "Gerência Contábil Tributária" e "Gerência Financeira Orçamentária"; c) criação da "Unidade Técnica Tributária" vinculada à "Gerência Contábil Tributária"; d) vinculação da "Unidade Técnica Contábil" à "Gerência Contábil Tributária"; e) criação da "Unidade Técnica Orçamentária" vinculada à "Gerência Financeira Orçamentária"; f) vinculação da "Unidade Técnica Financeira" à "Gerência Financeira Orçamentária"; g) extinção da "Gerência de Gestão de Estoque e Almoxarifado", "Unidade Técnica de Gestão de Estoque" e "Unidade Técnica de Almoxarifado de Iluminação Pública"; h) criação da "Gerência Administrativa e Almoxarifado"; i) vinculação da "Unidade Técnica Administrativa" à "Gerência Administrativa e Almoxarifado"; j) criação da "Unidade Técnica Operacional", vinculada à "Gerência Administrativa e Almoxarifado"; k) criação da "Coordenação de Almoxarifado e Estoque", vinculada à "Gerência Administrativa e Almoxarifado"; l) criação da "Unidade Técnica de Almoxarifado", vinculada à "Coordenação de Almoxarifado e Estoque"; m) criação da "Unidade Técnica de Estoque", vinculada à "Coordenação de Almoxarifado e Estoque"; n) criação da "Gerência de Tecnologia da Informação"; o) criação da "Unidade Técnica de Suporte", vinculada à "Gerência de Tecnologia da Informação"; p) criação da "Coordenação de Gestão Administrativa de Contratos". **III.** alteração do nome **DIRETORIA DE ENGENHARIA E DE PLANEJAMENTO para DIRETORIA TÉCNICA E DE MANUTENÇÃO** a) alteração do nome da "Gerência Técnica e de Planejamento" para "Gerência de Projeto e Planejamento"; b) extinção das "Coordenação Técnica" e "Coordenação de Contratos"; c) criação da "Coordenação de Projetos de Instalação", vinculada à "Gerência de Projeto e Planejamento"; d) criação da "Coordenação de Orçamento de Engenharia", vinculada à "Gerência de Projeto e Planejamento"; e) criação da "Coordenação de Projetos Especiais", vinculada à "Gerência de Projeto e Planejamento"; f) vinculação da "Coordenação de Planejamento" à "Gerência de Projeto e Planejamento"; g) criação da "Gerência de Operações"; h) criação da "Coordenação do Centro de Controle e Operações", vinculada à "Gerência de Operações"; i) criação da "Coordenação de Programação e Controle", vinculada à "Gerência de Operações"; j) criação da "Coordenação de Atendimento Externo", vinculada à "Gerência de Operações"; k) alteração da subordinação da "Gerência de Manutenção de Iluminação Pública", com a alteração do nome para "Gerência de Manutenção"; l) criação da "Coordenação de Fiscalização de Manutenção", vinculada à "Gerência de Manutenção"; m) criação da "Coordenação do Laboratório e Oficina", vinculada à "Gerência de Manutenção"; **IV.** alteração do nome **DIRETORIA DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÕES para DIRETORIA DE MODERNIZAÇÃO E OBRAS:** a) alteração da subordinação da "Gerência de Manutenção de Iluminação Pública" e extinção da "Unidade Técnica de Manutenção de Iluminação Pública"; b) extinção da "Gerência de Monumentos Públicos" e da "Unidade Técnica de Monumentos Públicos"; c) extinção da "Gerência de Projetos e Implantação de Iluminação Pública" e da "Unidade Técnica de Projetos e Implantação de Iluminação Pública"; d) criação da "Gerência de Obras"; e) criação da "Gerência de Cadastro"; f) criação da "Gerência de Modernização"; g) criação da "Coordenação de Telegestão", vinculada à "Gerência de Modernização". **Item 2) manifestar-se acerca da proposta de alteração do quantitativo de cargos de Empregos em**

**Comissão (EC) e de Funções Gratificadas (FG).** A Assembleia, tendo em vista a Resolução nº 046, de 02.08.2024, da CEB IPES, aprovada pela Diretoria na 107ª Reunião Extraordinária, contendo a manifestação favorável da Diretoria da CEB IPES, bem como a 15ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB IPES, realizada em 29.07.2024, que deliberou pela aprovação da Proposta Orçamentária para o exercício 2025, que contempla o aumento de custo com a reestruturação ora aprovada, deliberou, por unanimidade, por aprovar a alteração no quantitativo dos cargos de Empregos em Comissão (EC) e Funções Gratificadas (FG), passando o custo total mensal com Funções Gratificadas para R\$ 296.335,00 (duzentos e noventa e seis mil trezentos e trinta e cinco reais) e com Empregos em Comissão (EC) para R\$ 726.936,00 (setecentos e vinte e seis mil, novecentos e trinta e seis reais).

Cargos de Confiança Função Gratificada			
Quantidade Atual	Quantidade Proposta		
Sigla	Sigla	Custo Total	Custo Total
FG	FG	209.538	296.335
Empregos em Comissão			
Quantidade Atual	Quantidade Proposta		
Sigla	Sigla	Custo Total	Custo Total
EC	EC	309.115	726.936

**3) reformar o Estatuto Social da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. – CEB IPES.** A Assembleia, tendo em vista a Resolução nº 046, de 02.08.2024, da CEB IPES, aprovada pela Diretoria em sua 107ª Reunião Extraordinária, contendo a manifestação favorável da Diretoria da CEB IPES deliberou, por unanimidade, por aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia conforme a seguir: **Art. 10:** alteração do texto do art. 10, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 10. A Diretoria é o órgão executivo da administração e será composta por um Diretor- Presidente e três Diretores, sendo um Diretor Administrativo e de Finanças, um Diretor de Modernização e Obras e um Diretor Técnico e de Manutenção, eleitos pela Assembleia Geral, observadas as condições de elegibilidade, vedações e obrigações impostas na legislação e na regulamentação aplicável, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas." **§ 1º** O cargo de Diretor- Presidente será exercido, preferencialmente, pelo Diretor-Presidente da acionista única, Companhia Energética de Brasília – CEB, devendo optar pela remuneração, sendo vedada a cumulação de vencimentos. **§ 2º** O Diretor-Presidente poderá ser substituído em suas ausências ou impedimentos por um dos membros da Diretoria, que exercerá suas respectivas atribuições, no todo ou em parte. (...) **§ 4º** A Companhia contará, nos termos previstos no § 2º do art. 9º da Lei nº 13.303/2016, com uma Gerência de Gestão de Riscos, subordinada à Presidência.". **b) Art. 11:** alteração do texto do §10, art. 11, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 11. A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. (...) **§ 10.** No caso de licença ou afastamento do Diretor-Presidente, a substituição será processada na forma determinada pela Diretoria, escolhido o substituto entre os Diretores.". **c) Art.13:** alteração do art. 13, caput, § 1º, 4º e 5º, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 13. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente, deliberando com a presença de, pelo menos, 03 (três) de seus membros, sendo 1 (um), necessariamente, o Diretor-Presidente ou seu substituto, nos termos do art. 10, § 2º." **§ 1º** As deliberações da Diretoria serão adotadas por maioria de votos e registradas em ata, cabendo ao Diretor-Presidente, ou ao seu substituto, o voto de desempate. (...) **§ 4º** Poderão participar das reuniões da Diretoria, sem direito a voto, os executivos da alta hierarquia da Companhia, por convocação do Diretor-Presidente. **§ 5º** A critério da Diretoria, a periodicidade prevista no caput deste artigo, poderá ser modificada em razão das atividades desenvolvidas pela Companhia.". **d) Art.14:** alteração do texto do caput, incisos XVI e XIX, do art. 14, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 14. Incumbe ao Diretor- Presidente da Companhia a direção, supervisão e coordenação dos trabalhos da Diretoria e especificamente: (...) XVI. acompanhar a elaboração e a consolidação do Planejamento Estratégico da Companhia, do Plano Plurianual da Companhia, do Plano de Negócios, do Relatório da Administração, do orçamento e da estratégia de longo prazo da Companhia; (...) XIX. coordenar a elaboração da matriz de riscos da Companhia.". **e) Art. 15:** alteração do texto dos incisos de 1 a XIV, do art. 15, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 15. Compete à Diretoria Administrativa e de Finanças: I. exercer a representação da Companhia, por outorga específica do Diretor- Presidente; II. (...) III. firmar cheques, ordens de pagamento, endossos e aceites de títulos cambiais e cartas de crédito e outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, juntamente com o Diretor-Presidente ou com quem receber delegação deste; IV. coordenar a formulação das políticas dentro da sua área de atuação e, uma vez aprovadas pela Diretoria e incluídas no Planejamento Empresarial da Companhia, supervisioná-las e ajustá-las sistematicamente às reais necessidades da Companhia; V. apresentar à Assembleia Geral estudos e pesquisas com vistas a prospecção de cenários de longo prazo de evolução do ambiente de negócios da Companhia, com especial atenção e foco na identificação das oportunidades e desafios ao desenvolvimento sustentável da Empresa; VI. coordenar, em conjunto com os demais Diretores, a elaboração do orçamento anual, bem como, participar da elaboração do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; VII. propor e controlar o cumprimento dos objetivos, metas e resultados empresariais da Companhia; VIII. incentivar o reconhecimento institucional das melhores práticas e inovações organizacionais; IX. monitorar as transformações do setor e identificar as principais oportunidades, ameaças e riscos para a Companhia, dentro de sua área de atuação; X. identificar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar perdas operacionais evitáveis pela melhor gestão dos riscos inerentes aos principais processos da Companhia; XI. coordenar, em conjunto com os demais dirigentes, a elaboração e a consolidação do Plano de Negócios, do Relatório da Administração e da estratégia de longo prazo da Companhia; XII. acompanhar e responder a todas as demandas de sua área de atuação, incluindo eventuais notificações, infrações e recursos correspondentes; XIII. assegurar a conformidade processual visando à mitigação dos riscos nas atividades da Companhia, garantindo a sua aderência às leis, normas, padrões e regulamentos aplicáveis; e, XIV. delegar competência quanto aos assuntos compreendidos na sua área de atuação.". **f) Art. 16:** alteração do texto dos incisos I a XIII, art. 16, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 16. Compete à Diretoria de Modernização e Obras: I. exercer a representação da Companhia, por outorga específica do Diretor-Presidente; II. (...) III. participar, em conjunto com os demais dirigentes, da elaboração e da consolidação do Plano de Negócios, do Plano Plurianual, do Relatório da Administração, do Orçamento e da estratégia de longo prazo da Companhia; IV. acompanhar e responder a todas as demandas de sua área de atuação, incluindo eventuais notificações, infrações e recursos correspondentes; V. coordenar a formulação das políticas dentro da sua área de atuação e, uma vez aprovadas pela Diretoria e incluídas no Planejamento Empresarial da Companhia, supervisioná-las e ajustá-las sistematicamente às reais necessidades da Companhia; VI. acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de modernização e obras relacionadas à prestação do serviço de iluminação dos ativos do Distrito Federal; VII. preparar relatórios referentes às atividades de modernização, obra e gerenciamento cadastral, mantendo as bases de informações sempre atualizadas visando auxiliar a tomada de decisão da Diretoria; VIII. planejar e supervisionar as atividades de gerenciamento cadastral do Parque de Iluminação Pública do Distrito Federal, promovendo a integração entre as áreas cujas atividades impactam a atualização de pontos existentes, entrantes e baixados do parque de iluminação pública do Distrito Federal; IX. coordenar as atividades de atualização cadastral junto à concessionária de distribuição de energia elétrica do Distrito Federal, de forma a encaminhar para o Poder Concedente o correto faturamento do consumo de energia elétrica do parque de iluminação pública do Distrito Federal; X. coordenar a execução das atividades de modernização do parque de iluminação pública do Distrito Federal, conforme estratégias traçadas pelas Diretorias competentes no âmbito da Companhia, observando o cumprimento das metas do Contratos de Concessão dos serviços de iluminação pública do Distrito Federal; XI. coordenar a execução das obras de implantação/expansão do parque de iluminação pública do Distrito Federal, conforme

projetos elaborados pelas áreas competentes e estratégias consolidadas no bojo da Companhia a fim de cumprir obrigações estabelecidas nos contratos assinados pela Companhia, inclusive o Contrato de Concessão dos serviços de iluminação pública do Distrito Federal; XII. acompanhar os indicadores das atividades regularmente atribuídas à Diretoria, mensurando eventuais riscos de execução, expedindo documentos necessários para sua mitigação; e, XIII. delegar competência quanto aos assuntos compreendidos na sua área de atuação.". **g) Art. 17:** alteração do texto dos incisos I a XVIII, art. 17, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 17. Compete à Diretoria Técnica e de Manutenção: I. exercer a representação da Companhia, por outorga específica do Diretor-Presidente; II. (...) III. elaborar o planejamento para implantação dos serviços exigidos no Contrato de Concessão dos serviços de iluminação pública do Distrito Federal; IV. participar, em conjunto com os demais dirigentes, da elaboração e da consolidação do Plano de Negócios, do Plano Plurianual, do Relatório da Administração, do Orçamento e da estratégia de longo prazo da Companhia; V. acompanhar e responder a todas as demandas de sua área de atuação, incluindo eventuais notificações, infrações e recursos correspondentes; VI. coordenar a formulação das políticas dentro da sua área de atuação e, uma vez aprovadas pela Diretoria e incluídas no Planejamento Empresarial da Companhia, supervisioná-las e ajustá-las sistematicamente às reais necessidades da Companhia; VII. intermediar operações, aquisições e contratações junto a contratantes e contratadas, que tenham como objeto as atividades do serviço de iluminação pública; VIII. planejar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de manutenção, atendimento e operação associadas à prestação do serviço de iluminação pública e atividades correlatas, tais como elaboração de estudos, projetos de engenharia, planejamento das obras de implantação, ampliação, eficiênciação, modernização, compartilhamento de ativos e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; IX. elaborar e executar os programas e projetos básicos relacionados à prestação do serviço de iluminação pública; X. elaborar plano de trabalho com estratégia, diretrizes, cronogramas e ferramentas de planejamento que se fizerem necessárias para a implementação das atividades norteadas pela concessão de iluminação pública; XI. elaborar orçamento para implantação da concessão e atualizar os orçamentos de engenharia e operação, conforme diretrizes definidas na concessão; XII. elaborar, em conjunto com os demais dirigentes, os orçamentos de investimentos anuais e plurianuais da concessão; XIII. acompanhar e atualizar periodicamente os orçamentos com novas projeções, cronograma de execução e dados realizados na implantação das atividades da concessão, emitindo relatórios técnicos de desempenho e atendimento aos cronogramas físicos e financeiros; XIV. coordenar a elaboração e implementação de procedimentos para as atividades técnicas relacionadas às obrigações da concessão de iluminação pública; XV. coordenar as atividades envolvidas na programação de implementação da concessão; XVI. participar, junto com a Diretoria Administrativa e de Finanças, da análise de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental para a obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras nacionais e internacionais dos projetos de melhorias ampliações e intervenções no parque de iluminação pública; XVII. implementar melhorias continuadas ao sistema de iluminação pública; e, XVIII. delegar competência quanto aos assuntos compreendidos na sua área de atuação.". **h) Art. 18:** alteração do texto caput do art. 18, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 18. Os atos que constituam ou modifiquem obrigações da Companhia ou que exonerem terceiros de obrigações para com ela, serão assinados pelo Diretor- Presidente, em conjunto com outro Diretor.". **i) Art. 19:** alteração da redação do caput, passando a vigorar da seguinte forma: "Art. 19. O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral em caráter permanente e composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, observadas as condições de elegibilidade e vedações impostas na legislação e na regulamentação aplicável, com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas". A Assembleia, por unanimidade, autorizou que os efeitos das alterações ora aprovadas serão retroativos ao dia 1º de agosto de 2024 e as áreas envolvidas terão um prazo de até 90 (noventa) dias para realizar a sua estruturação de acordo com as novas competências. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA:** Esgotadas as deliberações, o Presidente agradeceu aos presentes o comparecimento ao evento e declarou encerrada a 16ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. Para constar e dar cumprimento aos fins legais e administrativos, eu, Deuzimar Ferreira Costa, na condição de Secretária da mesa, lavrei a presente ata, ao final assinada pelos representantes do acionista único, após leitura e aprovação, para integrar o livro de "Atas das Assembleias Gerais" da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. **REGISTRO JUCIS/DF:** 2600621, certificado em 10.09.2024, Fabianne Raissa da Fonseca — Secretária-Geral.

**EXTRATO DA ATA DA 17ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DATA E HORA:** 23.10.2024, às 18 horas. **LOCAL:** Sede da empresa. **ORDEM DO DIA:** Reeleger membros da Diretoria da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. – CEB IPES para o mandato relativo ao biênio 2024/2026. **DELIBERAÇÃO:** A Diretoria da CEB, no exercício das atribuições privativas da Assembleia Geral da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. (CEB IPES), com fundamento nos arts. 7º e 8º do Estatuto Social da Companhia e na Lei nº 6.404, de 15.12.1976, de acordo com o assunto constante da ordem do dia (...), **DELIBEROU** pela recondução dos senhores Hamilton Oliveira Guerra, Marlon Resende Júnior e Mauro José Landim dos Santos para o mandato relativo ao biênio 2024/2026, vencendo em 23.10.2026. Para cumprir requisito legal, segue adiante a qualificação dos dirigentes ora reeleitos: Diretor Técnico e de Manutenção: HAMILTON OLIVEIRA GUERRA, brasileiro, portador da cédula de identidade (...), CPF (...), Diretor Administrativo e de Finanças: MARLON RESENDE JÚNIOR, brasileiro, (...), portador da cédula de identidade (...), CPF (...), Diretor de Modernização e Obras: MAURO JOSÉ LANDIM DOS SANTOS – brasileiro, (...), portador da cédula de identidade (...), CPF (...). Todos os diretores acima indicados têm domicílio no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), Quadra 601, Bloco H, Ala Laranja, Cobertura, Edifício ION Escritórios Eficientes, Asa Norte – Brasília- DF, CEP: 70.830-010. Na sequência, a Assembleia ratificou a recondução do Diretor-Presidente em observância ao §1º, do artigo 10 do Estatuto Social da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.: EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – brasileiro, (...) portador da cédula de identidade (...), CPF (...). Registra-se que foi mantido o status quo ante no que se refere às certidões negativas (atualizadas no mês de outubro de 2024) dos Diretores ora reeleitos. A Assembleia ratifica a remuneração e benefícios dos Diretores reeleitos, nos termos definidos na 4ª Assembleia Geral Ordinária da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., realizada em 30.04.2024. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA:** Esgotada a deliberação, o Presidente agradeceu aos presentes o comparecimento ao evento e declarou encerrada a 17ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. Para constar e dar cumprimento aos fins legais e administrativos, Deuzimar Ferreira Costa, na condição de Secretária da mesa, lavrou a presente ata, ao final assinada digitalmente pelos representantes do acionista único, após leitura e aprovação, para integrar o livro de "Atas das Assembleias Gerais" da CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A. **REGISTRO JUCIS/DF:** 2634133, certificado em 19/11/2024, Fabianne Raissa da Fonseca — Secretária-Geral.

**EXTRATO DA ATA DA 18ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DATA E HORA:** 09.12.2024, às 18 horas. **LOCAL:** Sede da empresa. **ORDEM DO DIA:** 1) manifestar-se acerca da proposta de alteração da Estrutura Organizacional da CEB IPES; 2) manifestar-se acerca da proposta de alteração do quantitativo de cargos de Emprego Comissão (EC) e de Funções Gratificadas (FG); **3)** manifestar-se acerca da Proposta da Administração (158016280), objetivando o aumento do limite para os gastos anuais com Administradores da CEB IPES; **4)** reformar o Estatuto Social CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. – CEB IPES. **DELIBERAÇÃO.** A Diretoria da CEB, no exercício das atribuições privativas da Assembleia Geral da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. – CEB IPES, com fundamento nos arts. 7º e 8º do Estatuto Social da Companhia e no art. 122 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, de acordo com os assuntos constantes da ordem do dia, tomou as deliberações a seguir: **1) manifestar-se acerca da proposta de alteração da**

**Estrutura Organizacional da CEB IPES.** A Assembleia, tendo em vista a Resolução nº 077, de 06.12.2024, da CEB IPES, aprovada pela Diretoria Colegiada na 48ª Reunião Ordinária, de 06.12.2024, contendo a manifestação favorável da Diretoria da CEB IPES, deliberou por aprovar, por unanimidade, a alteração da Estrutura Organizacional com as seguintes modificações, conforme Justificativa – CEB-IPES/DF (...), por diretoria: **item I. PRESIDÊNCIA:** a) criação da "Secretaria"; b) criação do "Gabinete"; c) alteração da subordinação da "Coordenação de Gestão Documental" para o "Gabinete"; II. alteração do nome da **DIRETORIA TÉCNICA E DE MANUTENÇÃO para DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ENGENHARIA:** a) segregação da "Gerência de Projeto e Planejamento" em "Gerência de Projetos" e "Gerência de Planejamento e Orçamento de Engenharia"; b) vinculação da "Coordenação de Projetos e Instalação" à "Gerência de Projetos"; c) vinculação da "Coordenação de Projetos Especiais" à "Gerência de Projetos"; d) vinculação da "Coordenação de Planejamento" à "Gerência de Planejamento e Orçamento de Engenharia"; e) vinculação da "Coordenação de Orçamento de Engenharia" à "Gerência de Planejamento e Orçamento de Engenharia"; f) alteração da subordinação da "Gerência de Operações" e "Gerência de Manutenção" para a "Diretoria de Operação e Manutenção"; **III.** criação da **DIRETORIA DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO**, tendo as seguintes gerências e coordenações subordinadas: "Gerência de Operações", "Coordenação do Centro de Controle e Operações", "Coordenação de Programação e Controle" e "Coordenação de Atendimento"; b) "Gerência de Manutenção", "Coordenação do Laboratório e Oficina"; c) alteração do nome da "Coordenação de Fiscalização de Manutenção" para "Coordenação de Fiscalização" e a vinculação à "Gerência de Manutenção"; d) criação da "Coordenação de Atendimento Especial" vinculada à "Gerência de Manutenção". **2) manifestar-se acerca da proposta de alteração do quantitativo de cargos de Empregos em Comissão (EC) e de Funções Gratificadas (FG).** A Assembleia, tendo em vista a Resolução nº 077, de 06.12.2024, da CEB IPES, aprovada pela Diretoria Colegiada na 48ª Reunião Ordinária, de 06.12.2024, contendo a manifestação favorável da Diretoria da CEB IPES, bem como os termos da Ata da 4ª Assembleia Geral Ordinária (...) da CEB IPES, item 4.4, a qual estipulou os limites de gastos anuais com remuneração e benefícios com os Administradores (Diretores e Conselheiros) no montante de até R\$ 2.800.000,00 (dois milhões oitocentos mil reais) e mediante à Justificativa apresentada pela Administração no documento SEI nº (...) (...), deliberou, por unanimidade, por aprovar a alteração dos limites de gastos anuais com remuneração e benefícios com os Administradores (Diretores e Conselheiros) para o montante de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). **4) reformar o Estatuto Social CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. – CEB IPES.** A Assembleia, tendo em vista a Resolução nº 077, de 06.12.2024, da CEB IPES, aprovada pela Diretoria Colegiada na 48ª Reunião Ordinária, de 06.12.2024, contendo a manifestação favorável da Diretoria da CEB IPES, deliberou, por unanimidade, por aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia conforme a seguir: **a) Art. 5º:** alteração do texto dos § 2º e 4º, art. 5º, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º. O Capital Social é de R\$ 174.080.579,47 (cento e setenta e quatro milhões, oitenta mil, quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos), representado por 174.080.579 (cento e setenta e quatro milhões, oitenta mil e quinhentos e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal (...) **§ 2º** As alterações de capital da Companhia serão realizadas nos termos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 13.303/2016. (...) **§ 4º** Caso não se verifique a integralização no prazo referido no parágrafo anterior, ficará o acionista obrigado ao pagamento da atualização monetária sobre o valor a integralizar, de acordo com o previsto no § 2º do art. 106 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.". **b) Art. 9º:** adequação da redação do parágrafo único, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 9º. A Companhia deverá observar o que dispõe a Lei nº 13.303/2016 no que tange aos órgãos de governança, gestão de riscos, transparência e controles internos, podendo se valer de compartilhamento da estrutura da Companhia Energética de Brasília – CEB. Parágrafo Único: O Comitê de Auditoria Estatutário, caso aplicável e o Comitê de Elegibilidade para eleição dos administradores e membros do Conselho Fiscal, poderão ser compartilhados pela controladora.". **c) Art. 10:** adequação da redação para contemplar a segregação da Diretoria Técnica e de Manutenção, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 10. A Diretoria é o órgão executivo da administração e será composta por um Diretor- Presidente e quatro Diretores, sendo um Diretor Administrativo e de Finanças, um Diretor de Modernização e Obras, um Diretor de Operação e Manutenção e um Diretor de Planejamento e Engenharia, eleitos pela Assembleia Geral, observadas as condições de elegibilidade, vedações e obrigações impostas na legislação e na regulamentação aplicável, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas."; **d) Art. 12:** a alteração do texto dos incisos XVI e XVII, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 12. Compete à Diretoria, atuando como órgão de deliberação colegiada, a prática de atos de gestão executiva, tendo os poderes de administração geral da Companhia, tais como: (...) XVI. autorizar a criação de emprego em comissão para direção, gerenciamento e assessoramento, conforme regimento interno da Companhia, inclusive o quantitativo de números e remuneração dos empregos em comissão; XVII. autorizar a reorganização de pessoal, inclusive a cessão de pessoas à controladora, empresas coligadas e/ou outros órgãos da administração pública direta ou indireta, sob a condição de que a cessão ocorra sem ônus para a cedente.". **e) Art. 15:** i) adequação das competências da Diretoria Administrativa e de Finanças para compatibilização das competências comuns a todas as diretorias da Companhia; ii) reorganização dos incisos de forma a padronizar as competências similares das diretorias entre os incisos I a VIII; e iii) renumeração dos demais incisos, de forma a contemplar as competências específicas a partir do inciso IX, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 15. Compete à Diretoria Administrativa e de Finanças: I. exercer a representação da Companhia, por outorga específica do Diretor- Presidente; II. exercer as competências das demais diretorias, no caso de substituição formal, designada em Resolução de Diretoria; III. coordenar, em conjunto com os demais dirigentes, a elaboração e a consolidação do Plano de Negócios, do Plano Plurianual, do Relatório da Administração, do Orçamento e da estratégia de longo prazo da Companhia; IV. participar, em conjunto com os demais dirigentes, da elaboração dos orçamentos de investimentos anuais e plurianuais da concessão; V. acompanhar e responder a todas as demandas de sua área de atuação, incluindo eventuais notificações, infrações e recursos correspondentes; VI. coordenar a formulação das políticas dentro da sua área de atuação e, uma vez aprovadas pela Diretoria e incluídas no Planejamento Empresarial da Companhia, supervisioná-las e ajustá-las sistematicamente às reais necessidades da Companhia; VII. elaborar plano de trabalho com estratégia, diretrizes, cronogramas e ferramentas que se fizerem necessárias para a implementação das atividades de sua área de atuação; VIII. acompanhar os indicadores das atividades atribuídas à Diretoria, mensurando eventuais riscos de execução, expedindo documentos necessários para sua mitigação; IX. firmar cheques, ordens de pagamento, endossos e aceites de títulos cambiais e cartas de crédito e outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, juntamente com o Diretor- Presidente ou com quem receber delegação deste; X. apresentar à Assembleia Geral estudos e pesquisas com vistas a prospecção de cenários de longo prazo de evolução do ambiente de negócios da Companhia, com especial atenção e foco na identificação das oportunidades e desafios ao desenvolvimento sustentável da Empresa; XI. propor e controlar o cumprimento dos objetivos, metas e resultados empresariais da Companhia; XII. incentivar o reconhecimento institucional das melhores práticas e inovações



CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A. CNPJ 39.683.726/0001-01- NIRE 53 3 00022178

organizacionais; XIII. monitorar as transformações do setor e identificar as principais oportunidades, ameaças e riscos para a Companhia, dentro de sua área de atuação; XIV. identificar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar perdas operacionais evitáveis pela melhor gestão dos riscos inerentes aos principais processos da Companhia; XV. assegurar a conformidade processual visando à mitigação dos riscos nas atividades da Companhia, garantindo a sua aderência às leis, normas, padrões e regulamentos aplicáveis; e, XVI. delegar competência quanto aos assuntos compreendidos na sua área de atuação.”; **f) Art. 16:** i) adequação das competências da Diretoria de Modernização e Obras para compatibilização das competências comuns a todas as diretorias da Companhia; ii) reorganização dos incisos de forma a padronizar as competências similares das diretorias entre os incisos I a VIII; e iii) renuneração dos demais incisos, de forma a contemplar as competências específicas a partir do inciso IX, que passa a vigorar com a seguinte redação: I. exercer a representação da Companhia, por outorga específica do Diretor-Presidente; II. exercer as competências das demais diretorias, no caso de substituição formal, designada em Resolução de Diretoria; III. participar, em conjunto com os demais dirigentes, da elaboração e da consolidação do Plano de Negócios, do Plano Plurianual, do Relatório da Administração, do Orçamento e da estratégia de longo prazo da Companhia; IV. participar, em conjunto com os demais dirigentes, da elaboração dos orçamentos de investimentos anuais e plurianuais da concessão; V. acompanhar e responder a todas as demandas de sua área de atuação, incluindo eventuais notificações, infrações e recursos correspondentes; VI. coordenar a formulação das políticas dentro da sua área de atuação e, uma vez aprovadas pela Diretoria e incluídas no Planejamento Empresarial da Companhia, supervisioná-las e ajustá-las sistematicamente às reais necessidades da Companhia; VII. elaborar plano de trabalho com estratégia, diretrizes, cronogramas e ferramentas que se fizerem necessárias para a implementação das atividades de sua área de atuação; VIII. acompanhar os indicadores das atividades atribuídas à Diretoria, mensurando eventuais riscos de execução, expedindo documentos necessários para sua mitigação; IX. coordenar e fiscalizar a execução das atividades de modernização e obras relacionadas à prestação do serviço de iluminação dos ativos do Distrito Federal; X. preparar relatórios referentes às atividades de modernização, obra e gerenciamento cadastral, mantendo as bases de informações sempre atualizadas visando auxiliar a tomada de decisão da Diretoria; XI. planejar e supervisionar as atividades de gerenciamento cadastral do Parque de Iluminação Pública do Distrito Federal, promovendo a integração entre as áreas cujas atividades impactam a atualização de pontos existentes, entrantes e baixados do parque de iluminação pública do Distrito Federal; XII. coordenar as atividades de atualização cadastral junto à concessionária de distribuição de energia elétrica do Distrito Federal, de forma a encaminhar para o Poder Concedente o correto faturamento do consumo de energia elétrica do parque de iluminação pública do Distrito Federal; XIII. coordenar a execução das atividades de modernização do parque de iluminação pública do Distrito Federal, conforme estratégias traçadas pelas Diretorias competentes no âmbito da Companhia, observando o cumprimento das metas do Contratos de Concessão dos serviços de iluminação pública do Distrito Federal; XIV. coordenar a execução das obras de implantação/expansão do parque de iluminação pública do Distrito Federal, conforme projetos elaborados pelas áreas competentes e estratégias consolidadas no bojo da Companhia a fim de cumprir obrigações estabelecidas nos contratos assinados pela Companhia, inclusive o Contrato de Concessão dos serviços de iluminação pública do Distrito Federal; e, XV. delegar competência quanto aos assuntos compreendidos na sua área de atuação.”; **g) Art. 17:** i) segregação das competências da antiga Diretoria Técnica e de Manutenção em razão da criação das Diretorias de Planejamento e Engenharia e de Operação e Manutenção; ii) adequação das competências da Diretoria de Planejamento e Engenharia para compatibilização das competências comuns a todas as diretorias da Companhia; iii) reorganização dos incisos de forma a padronizar as competências similares das diretorias entre os incisos I a VIII; e iv)

renuneração dos demais incisos, de forma a contemplar as competências específicas a partir do inciso IX, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 17. Compete à Diretoria de Planejamento e Engenharia: I. exercer a representação da Companhia, por outorga específica do Diretor-Presidente; II. exercer as competências das demais diretorias, no caso de substituição formal, designada em Resolução de Diretoria; III. participar, em conjunto com os demais dirigentes, da elaboração e da consolidação do Plano de Negócios, do Plano Plurianual, do Relatório da Administração, do Orçamento e da estratégia de longo prazo da Companhia; IV. elaborar, em conjunto com os demais dirigentes, os orçamentos de investimentos anuais e plurianuais da concessão; V. acompanhar e responder a todas as demandas de sua área de atuação, incluindo eventuais notificações, infrações e recursos correspondentes; VI. coordenar a formulação das políticas dentro da sua área de atuação e, uma vez aprovadas pela Diretoria e incluídas no Planejamento Empresarial da Companhia, supervisioná-las e ajustá-las sistematicamente às reais necessidades da Companhia; VII. elaborar plano de trabalho com estratégia, diretrizes, cronogramas e ferramentas que se fizerem necessárias para a implementação das atividades de sua área de atuação, especialmente quanto ao Contrato de Concessão; VIII. acompanhar os indicadores das atividades atribuídas à Diretoria, mensurando eventuais riscos de execução, expedindo documentos necessários para sua mitigação; IX. elaborar e coordenar o planejamento para implantação dos serviços exigidos no Contrato de Concessão dos serviços de iluminação pública do Distrito Federal; X. intermediar operações, aquisições e contratações junto a contratantes e contratadas, que tenham como objeto as atividades do serviço de iluminação pública; XI. elaborar estudos, projetos de engenharia, planejamento das obras de implantação, ampliação, eficiência, modernização, compartilhamento de ativos e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; XII. elaborar e executar os programas e projetos básicos relacionados à prestação dos serviços de iluminação pública; XIII. elaborar orçamento para implantação da concessão e atualizar os orçamentos de engenharia e operação, conforme diretrizes definidas na concessão; XIV. acompanhar e atualizar periodicamente os orçamentos com novas projeções, cronograma de execução e dados realizados na implantação das atividades da concessão, emitindo relatórios técnicos de desempenho e atendimento aos cronogramas físicos e financeiros; XV. coordenar a elaboração e implementação de procedimentos para as atividades técnicas relacionadas às obrigações da concessão de iluminação pública; XVI. participar, junto com a Diretoria Administrativa e de Finanças, da análise de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental para a obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras nacionais e internacionais dos projetos de melhorias ampliações e intervenções no parque de iluminação pública; XVII. implementar melhorias continuadas ao sistema de iluminação pública; XVIII. acompanhamento, avaliação e definição dos padrões e normas técnicas para o desenvolvimento e controle de projetos e obras de infraestrutura de iluminação pública; e XIX. delegar competência quanto aos assuntos compreendidos na sua área de atuação.”; **h) Art. 18:** criação da Diretoria de Operação e Manutenção, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 18. Compete à Diretoria de Operação e Manutenção: I. exercer a representação da Companhia, por outorga específica do Diretor-Presidente; II. exercer as competências das demais diretorias, no caso de substituição formal, designada em Resolução de Diretoria; III. participar, em conjunto com os demais dirigentes, da elaboração e da consolidação do Plano de Negócios, do Plano Plurianual, do Relatório da Administração, do Orçamento e da estratégia de longo prazo da Companhia; IV. participar, em conjunto com os demais dirigentes, da elaboração dos orçamentos de investimentos anuais e plurianuais da concessão; V. acompanhar e responder a todas as demandas de sua área de atuação, incluindo eventuais notificações, infrações e recursos correspondentes; VI. coordenar a formulação das políticas dentro da sua área de atuação e, uma vez aprovadas pela Diretoria e incluídas no Planejamento Empresarial da Companhia, supervisioná-las e ajustá-las sistematicamente às reais necessidades da Companhia; VII. elaborar plano de trabalho com

estratégia, diretrizes, cronogramas e ferramentas que se fizerem necessárias para a implementação das atividades de sua área de atuação; VIII. acompanhar os indicadores das atividades atribuídas à Diretoria, mensurando eventuais riscos de execução, expedindo documentos necessários para sua mitigação; IX. controlar a operação de todo o sistema de iluminação pública do Distrito Federal; X. planejar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de manutenção, atendimento e operação associadas à prestação do serviço de iluminação pública e atividades correlatas, se for o caso; e, XI. delegar competência quanto aos assuntos compreendidos na sua área de atuação.”; **i) Art. 19:** renuneração do artigo, devido a inclusão de artigo com as competências da nova Diretoria, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 19. Os atos que constituam ou modifiquem obrigações da Companhia ou que exonem terceiros de obrigações para com ela, serão subscritos pelo Diretor-Presidente, em conjunto com, no mínimo, outro Diretor. Parágrafo único. As atribuições previstas neste artigo poderão ser delegadas mediante procuração com poderes específicos”; **j) Art. 20:** renuneração do artigo, devido a inclusão de artigo com as competências da nova Diretoria, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 20. O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral em caráter permanente e composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, observadas as condições de elegibilidade e vedações impostas na legislação e na regulação aplicável, com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas. § 1º A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada, anualmente, pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a um décimo da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor, excluída a participação nos lucros. § 2º Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição. § 3º A investidura dos Conselheiros far-se-á mediante termo lavrado no “Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal”. § 4º Atingidos os prazos máximos a que se referem o caput, o retorno ao Conselho Fiscal somente poderá ocorrer após decorrido o período de 1 (um) ano, equivalente a um mandato de conselheiro fiscal. § 5º No caso de vacância do cargo ou impedimento temporário, será o membro do Conselho Fiscal substituído pelo respectivo suplente.”; **k) Art. 21:** renuneração do artigo, devido a inclusão de artigo com as competências da nova Diretoria, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 21. O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido pelo colegiado, por ocasião da primeira reunião, após a investidura no cargo.”; **l) Art. 22:** renuneração do artigo, devido a inclusão de artigo com as competências da nova Diretoria, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 22. As competências do Conselho Fiscal e as atribuições de seus membros encontram-se fixadas na Lei das Sociedades por Ações e na legislação aplicável.”; **m) Art. 23:** renuneração do artigo, devido a inclusão de artigo com as competências da nova Diretoria, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 23. O exercício social corresponderá ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, ao término do qual serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.”; **n) Art. 24:** renuneração do artigo, devido a inclusão de artigo com as competências da nova Diretoria, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 24. O resultado líquido do exercício será aplicado de acordo com o que determinar o acionista único, mediante proposição da Diretoria da Companhia. § 1º Por determinação do acionista único, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. § 2º O acionista único poderá declarar dividendos, dividendos intermediários, dividendos intercalares ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nos balanços a que se refere o § 1º, ou à conta de reservas de lucros existentes, observadas as limitações legais. § 3º Por deliberação do acionista único, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório, conforme o artigo 9º, § 7º da Lei nº. 9249/1995.”; **o) Art. 25:** renuneração do artigo, devido a inclusão de artigo com as competências da nova Diretoria, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 25. Fica assegurado aos administradores, presentes ou

passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da CEB, a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função. § 1º A assistência jurídica prevista neste artigo é extensiva aos membros de outros órgãos societários e aos prepostos, empregados ou não, que legalmente atuem ou tenham atuado por delegação dos administradores. § 2º Se alguma das pessoas mencionadas neste artigo for condenada, com fundamento em violação de lei, em decorrência de ato comprovadamente doloso, por decisão judicial de que não caiba mais recurso, deverá ressarcir todos os custos e despesas com a assistência jurídica.”; **p) Art. 26:** renuneração do artigo, devido a inclusão de artigo com as competências da nova Diretoria, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 26. A Companhia manterá contrato de seguro civil permanente em favor dos administradores para resguardá-los de responsabilidade por atos ou fatos pelos quais, eventualmente, possam vir a ser demandados judicial ou administrativamente, relativos às suas atribuições perante a Empresa, excetuando-se as ações de natureza dolosa, que não serão cobertas pelo seguro de responsabilidade civil.”; **q) Art. 27:** renuneração do artigo, devido a inclusão de artigo com as competências da nova Diretoria, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 27. Por ato de Diretoria Colegiada deverá ser constituída na estrutura da Companhia uma unidade jurídica, uma comissão de licitação e auditoria interna, podendo se valer, por decisão de Diretoria, de compartilhamento da estrutura da Companhia Energética de Brasília – CEB.”; **r) Art. 28:** renuneração do artigo, devido a inclusão de artigo com as competências da nova Diretoria, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 28. Os casos omissos neste Estatuto serão decididos pela Assembleia Geral.”. A Assembleia, por unanimidade, autorizou as áreas envolvidas realizarem a sua estruturação de acordo com as novas competências no prazo de até 30 (dias) dias. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA:** Esgotadas as deliberações, o Presidente agradeceu aos presentes o comparecimento ao evento e declarou encerrada a 18ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. Para constar e dar cumprimento aos fins legais e administrativos, eu, Deuzimar Ferreira Costa, na condição de Secretária da mesa, larei a presente ata, ao final assinada pelos representantes do acionista único, após leitura e aprovação, para integrar o livro de “Atas das Assembleias Gerais” da CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A. **REGISTRO JUCIS/DF:** 2692990, certificado em 09.01.2025, Fabianne Raissa da Fonseca – Secretária-Geral.

**EXTRATO DA ATA DA 19ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DATA E HORA:** 10.12.2024, às 18 horas. **LOCAL:** Sede da empresa. **ORDEM DO DIA:** Eleger Diretor de Operação e Manutenção, para completar o mandato relativo ao biênio 2024/2026. **DELIBERAÇÃO.** A Diretoria da CEB, (...) deliberou pela eleição do senhor PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO ao cargo de Diretor de Operação e Manutenção da CEB IPES para o mandato relativo ao biênio 2024-2026. Registra-se que o dirigente ora eleito teve o nome analisado pelo Comitê de Elegibilidade, conforme registro na Ata de sua 84ª Reunião Ordinária, de 28 de novembro de 2024. Para cumprir requisito legal, segue adiante qualificação do dirigente ora eleito: PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO, brasileiro (...), cédula de identidade nº (...), CPF (...), domiciliado (...). **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA:** Esgotada a deliberação, o Presidente agradeceu aos presentes o comparecimento ao evento e declarou encerrada a 19ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. Para constar e dar cumprimento aos fins legais e administrativos, Deuzimar Ferreira Costa, na condição de Secretária da mesa, lavrou a presente ata, ao final assinada digitalmente pelos representantes do acionista único, pós leitura e aprovação, para integrar o livro de “Atas das Assembleias Gerais” da CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A. **REGISTRO JUCIS/DF:** 2715647, certificado em 03/02/2025, Fabianne Raissa da Fonseca — Secretária-Geral.

